

## **Por uma pedagogia feminista... Até que todas sejamos livres!**

Isabella Marques de Oliveira<sup>1</sup>, Denise Maria Botelho<sup>2</sup>, Ana Paula Abrahamian de Souza<sup>3</sup>, Cibele Maria Lima Rodrigues<sup>4</sup>

### **Resumo**

As práticas pedagógicas feministas têm contribuído para a consolidação de movimentos sociais inseridos no campo dos feminismos. Frequentemente, denominadas de “formação”, e integradas com as designadas “pedagogias críticas”, “populares” e “libertadoras”, as pedagogias feministas, compreendidas num sentido genérico, estabelecem-se como eixo central dessas organizações políticas. Em Recife, especificamente, as ativistas da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) têm promovido ações pedagógicas com o objetivo de fortalecer a emancipação e a autonomia das mulheres. É nesse sentido que a presente pesquisa visa compreender as pedagogias feministas desenvolvidas pela MMM. A metodologia aplicada para a construção dos dados deste artigo foi a pesquisa-ação, uma vez que o processo envolveu a participação, a interação e a reflexão das entrevistadas no decorrer da investigação, além de mobilizar autoras já inseridas no campo. Como resultados desta investigação, identificamos que roda de diálogos, bazares, récitas e lambe-lambes são práticas utilizadas pelas ativistas na luta contra o patriarcado e conquista de direitos. Constatamos também um aprimoramento das discussões feministas no movimento, hoje mais qualificadas, não somente pela trajetória de atuação das militantes, mas, sobretudo, pela observância de como o racismo, o capitalismo e o patriarcado têm estruturado a vida das mulheres.

### **Palavras-chave**

Feminismo. Marcha Mundial das Mulheres. Pedagogia Feminista.

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil. E-mail: belzitamarques@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Brasil; estágio pós-doutoral na Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professora associada do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil; líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades “Audre Lorde” (Geperges Audre Lorde). E-mail: denise.botelho@ufrpe.br.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil; líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Culturais e Arte/Educação (GPECAE-UFRPE). E-mail: apabrahamian@hotmail.com.

<sup>4</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco, Pernambuco, Brasil; co-coordenadora do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais: Políticas Educativas y Derecho a la Educación. E-mail: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br.

## For a feminist pedagogy... Until we are all free!

Isabella Marques de Oliveira<sup>5</sup>, Denise Maria Botelho<sup>6</sup>, Ana Paula Abrahamian de Souza<sup>7</sup>, Cibele Maria Lima Rodrigues<sup>8</sup>

### Abstract

Feminist pedagogical practices have contributed to the consolidation of social movements in the field of feminisms. Often called “training”, and integrated with the so-called “critical, “popular” and “liberating” pedagogies, feminist pedagogies, understood in a generic way, establish themselves as a central axis in these political organizations. In Recife, specifically, the activists of the World March of Women (WMM) have promoted pedagogical actions with the objective of strengthening the emancipation and autonomy of women. It is in this sense that the present research aims to understand the feminist pedagogies developed by the WMM. The methodology applied for the construction of the data in this article was action research, since the process involved the participation, interaction and reflection of the interviewees throughout the investigation, in addition to mobilizing authors already inserted in the field. As a result of this investigation, we identified that dialogue circles, bazaars, recitals and *lambe-lambes* are practices used by activists in the fight against patriarchy and the conquest of rights. We also noticed an improvement in feminist discussions in the movement, which are now more qualified, not only because of the trajectory of the militants' actions, but, above all, because of the observance of how racism, capitalism and patriarchy have structured women's lives.

### Keywords

Feminism. World March of Women. Feminist Pedagogy.

---

<sup>5</sup> Master in Education, Cultures and Identities, Federal Rural University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil. E-mail: belzitamarques@yahoo.com.br.

<sup>6</sup> PhD in Education, University of São Paulo, Brazil; postdoctoral internship at the Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; associate professor at the Department of Education, Federal Rural University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; leader of the Study and Research Group on Education, Race, Gender and Sexualities “Audre Lorde” (Geperges Audre Lorde). E-mail: denise.botelho@ufrpe.br.

<sup>7</sup> PhD in Education, Federal University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; associate professor of the Department of Education, Federal Rural University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; leader of the Research Group on Cultural Studies and Art/Education (GPECAE-UFRPE). E-mail: apabrahamian@hotmail.com.

<sup>8</sup> PhD in Sociology, Federal University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil; senior researcher at the Joaquim Nabuco Foundation, State of Pernambuco, Brazil; co-coordinator of the Working Group of the Latin American Council of Social Sciences: Políticas Educativas y Derecho a la Educación. E-mail: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br.

## Onde tudo surgiu...

“No início, era uma marcha. Posteriormente, uma manifestação. Hoje, um movimento feminista transnacional com presença em 164 países” (REYNALDO, 2016, p. 143). Para Conway (2012), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) destaca-se frente a outras expressões do feminismo não somente pelo grande alcance de militantes, mas, sobretudo, por apresentar uma forte concepção anticapitalista, por meio de uma atuação comprometida com os feminismos populares.

Movimento social transnacional nascido na década de 1990, a MMM emerge a partir de uma massiva ação realizada em 1995, no estado do Quebec, Canadá. Ação essa que ficou conhecida historicamente como a “Marcha de Pão e Rosas”, uma vez que 850 mulheres marcharam 200 quilômetros com o objetivo de pressionar o então governo a tomar medidas para acabar com a fome e a violência. Tal façanha, segundo Conway (2008), refletiu, sobretudo, uma investida contra o neoliberalismo, bem como assinalou a necessidade de se construir um ativismo feminista antissistêmico.

Embora tenha surgido de uma iniciativa local, a MMM, no Quebec, envolveu vários grupos internacionais que tinham como objetivo integrar solidariedade numa dimensão global. Dessa maneira, se uniram ao processo: mulheres de diferentes Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos, oriundas de 14 países da África, Ásia e Oceania, segundo Reynaldo (2016).

Em suma, o êxito de uma ação local das feministas do Quebec, posto que sua pós-manifestação foi marcada não somente pelo aumento do salário-mínimo, mas também por conquistas de direitos para mulheres imigrantes e apoio à economia solidária, foi o *leitmotiv* para a construção da MMM, uma vez que avaliada positivamente, a experiência de 1995 despertou naquelas militantes a necessidade de compartilhar suas experiências mundo afora. A partir daí, deu-se início a uma busca por conectar mulheres organizadas em vários lugares do globo. Assim sendo, naquele mesmo ano, a ideia de se criar nova ação feminista que articulasse todos os continentes foi levada à Conferência de Beijing, espaço onde estariam ativistas do mundo todo<sup>9</sup> (MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES, 2008).

No Brasil, especificamente, a MMM surge a partir da articulação das ativistas da Federação de Mulheres do Quebec (FFQ) com as mulheres organizadas na Central Única das

---

<sup>9</sup> Numa conversa informal realizada com Nalu Faria, em 2018, a militante contou-nos que, muito otimistas com a Marcha do Quebec, algumas feministas partiram para Beijing (1995) com o intuito de convencer outras mulheres a aderirem a outra perspectiva de feminismo, o feminismo anticapitalista.

Trabalhadoras<sup>10</sup> (CUT), com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), bem como com aquelas inseridas na Confederação Nacional de Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG). Dessa forma, uma vez articuladas, tais organizações construíram, conjuntamente, a Primeira Ação da MMM no país, que culminou com a realização da Marcha das Margaridas (MM). Assim sendo, “inúmeras atividades em 22 estados brasileiros, entre o período de 8 de março e 17 de outubro, mobilizaram um total de 20 mil mulheres urbanas e rurais” (GOMIDE, 2016, p. 71).

Portanto, questionando o processo de institucionalização do feminismo brasileiro, após sua 1º Ação Internacional, em 2000, a MMM se tornou um movimento permanente, também no Brasil, a partir da campanha intitulada “200 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista” (GOMIDE, 2016). Nesse sentido, é interessante destacar o êxito da Marcha das Margaridas num período, até então, de arrefecimento<sup>11</sup> do feminismo, fato esse que levou algumas mulheres a optarem por transformar a MMM num movimento permanente no país. Desse modo, a organização se constituiu enquanto movimento social<sup>12</sup>, organizado em 20 estados brasileiros, e a Marcha das Margaridas enquanto ação mobilizada de quatro em quatro anos.

Na cidade de Recife, especificamente, a MMM se constitui por meio de dois núcleos, o núcleo Recife e o Soledad Barrett. É atuando por meio desses dois espaços que as ativistas do movimento, com o objetivo de fortalecer a luta das mulheres, desenvolvem práticas pedagógico-feministas nas comunidades do Coque, em parceria com a Associação de Pais, Mães e Adolescentes do Coque (AMPAC); em Palha de Arroz, juntamente com o Centro Sabiá; em Peixinhos, articuladas ao Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato; bem como em Brasília Teimosa, com a mulheres advindas da Turma do Flau (OLIVEIRA, 2020).

Dessa forma, convém ressaltar a importância das pedagogias feministas no processo de autonomia e fortalecimento das mulheres, uma vez que tais práticas possibilitam que elas, silenciadas ao longo de décadas, construam um projeto de vida distinto daquele estabelecido pelo capitalismo-patriarcal. De modo geral, são os processos educativos desenvolvidos pelos

---

<sup>10</sup> No texto “A educação como prática da liberdade: novas leituras possíveis”, Cláudia Korol (2007) reflete sobre o sexismo dos nossos discursos, que, por vezes, exclui o feminino, sob a justificativa de que o uso do masculino inclui, automaticamente, as mulheres. Korol defende a ideia de que a invisibilização discursiva das mulheres seja de ordem política. Particularmente, acreditamos nisso também. Sendo assim, adotaremos uma escrita redigida exclusivamente no feminino, com o objetivo de disputar, aqui, uma narrativa feminista.

<sup>11</sup> Segundo Nalu Faria (2015), a década de 1990 foi marcada pela perda de radicalidade do movimento feminista, uma vez que, de modo geral, as organizações estavam focadas na luta identitária, quando a conjuntura política exigia uma análise crítica do avanço do neoliberalismo.

<sup>12</sup> A partir daí, houve uma ruptura no feminismo brasileiro, entre aquelas que reivindicavam uma nova estratégia para o movimento feminista, as quais ingressaram na MMM, e algumas mulheres que optaram por continuar participando dos processos políticos na esfera da ONU.

movimentos sociais aqueles que possibilitam que grupos sociais reconheçam as dinâmicas de opressão que os envolvem (PALUDO, 2015). São esses espaços e tempos, por vezes subestimados, que sustentam, bem como permitem encontros, leituras, reformulações de um projeto de vida e alimentam, sobretudo, a esperança na dignidade.

É nesse contexto de práticas pedagógicas libertadoras, inseridas numa perspectiva de feminismo popular e antissistêmico, que buscamos, neste artigo, compreender as pedagogias feministas desenvolvidas na cidade do Recife, pela MMM. Para isso, empenhamo-nos em: a. identificar as práticas pedagógicas utilizadas pela Marcha, na cidade do Recife; b. analisar contextos, conjunturas, avanços e desafios para construção das pedagogias feministas; c. apreender os rebatimentos das práticas educativas feministas na vida das entrevistadas.

Ainda, a ideia de construir uma investigação com e para as mulheres de uma organização na qual atuamos ou com a qual desenvolvemos ações educativas nos levou a trilhar pelos caminhos da pesquisa-ação, que, segundo Lage (2013), compreende uma construção participativa que envolve as decisões tomadas pelas organizações sociais populares. Sendo assim, o processo de elaboração dessa pesquisa mobilizou as militantes da MMM-Recife em torno de questões demandadas coletivamente.

No mais, enquanto técnica de pesquisa, fizemos uso da entrevista narrativa, posto que, conforme Shutze (1992), trata-se de uma escolha acertada quando envolve projetos que combinam histórias de vida e contextos sócio-históricos, fato esse que contribui, sobretudo, para a construção histórica da realidade por meio de relatos de fatos passados. Para tanto, foram entrevistadas cinco lideranças<sup>13</sup> do movimento, que estão à frente das atividades pedagógicas da MMM desenvolvidas nas comunidades. Além disso, utilizamos, também, a observação participante, uma vez que, tal qual Lage (2013), compreendemos que “viver a realidade partilhando o cotidiano com os grupos sociais contribui para um aprofundamento empírico que possibilita não apenas uma riqueza epistemológica, mas também uma vivência sobre aquilo que se pretende compreender” (LAGE, 2013, p. 7.019).

Alicerçado, pois, nas contribuições legadas pela teoria feminista, esse estudo debruça-se sobre as dinâmicas, as práticas e as percepções da MMM, em Recife, por meio do reconhecimento de potencialidades e eventuais percalços e desafios, com o propósito de colaborar com a sistematização, a historicização e a difusão de estratégias que têm por objetivo promover uma educação libertadora, sob o prisma de ações coletivas e feministas. É

---

<sup>13</sup> Foram entrevistadas Elisa Lucena, Marize Ferre, Nathália Diórgenes, Sheila Samico e Shirley Samico. A escolha por não ocultar o nome das ativistas diz respeito, sobretudo, ao entendimento de que é preciso visibilizar o protagonismo das mulheres nas frentes de lutas. A autorização para divulgação dos nomes foi dada por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

a partir dessa perspectiva que procuramos caminhos assertivos que favoreçam a despatriarcalização de todo o tecido social.

### **O que é a pedagogia feminista?**

Factualmente, processos educativos, bem como práticas pedagógicas, têm sido assinalados, muitas vezes, por um viés sexista comum a uma sociedade estruturada sobre o patriarcalismo. Nessa perspectiva, as pedagogias feministas vêm reivindicando a emancipação e a autonomia de mulheres, por meio da desconstrução de paradigmas que as subalternizam, bem como invisibilizam o protagonismo de suas ações.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a performance social praticada por mulheres e homens não apenas se distingue, contudo, hierarquiza-se. Assim sendo, fica legitimada não somente a superioridade do masculino sobre o feminino, em todas as esferas da vida, mas o sepultamento deste último na produção do saber e na construção de sua própria história. No entanto, fomentada pelas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, nos últimos 40 anos, a natureza dessas relações, por meio de teorias e projetos políticos emergentes no interior do feminismo, vem sendo colocada em xeque, de acordo com Saffioti (2014), posto que se passa a reconhecer no patriarcado uma categoria produtora de opressões.

O surgimento da pedagogia feminista de educação rompe, portanto, por meio de estratégias e procedimentos, com o paradigma moderno, que presume como legítima apenas uma única fonte de produção do saber, de modo que não admite a possibilidade de se fazer emergir outras epistemologias para além de uma razão abstrata. Assim sendo, na contramão de uma lógica universal, as pedagogias feministas propõem a valorização das mais variadas vozes, que conforme a perspectiva, passam a ser produtoras de conhecimentos e histórias.

Milenarmente oprimidas, silenciadas e excluídas da história oficial, progressivamente, as mulheres vêm reconhecendo os condicionamentos impostos pela construção social de gênero que as lançam para um segundo plano. No mundo todo, presencia-se o desencadeamento de um processo de emancipação, talvez, irreversível, uma vez que as mulheres passaram a questionar a condição de subordinação que a elas foi imposta, e, por meio da auto-organização, buscaram modos, conforme Sardenberg (2011), para traçarem os rumos de uma nova história.

A priori, convém ressaltar que é comum, dentro do imaginário social, que a ideia de uma pedagogia feminista remeta, exclusivamente, a uma educação formal e institucionalizada,

desenvolvida, normalmente, no seio escolar. Contudo, o conceito de educação é bastante amplo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), estabelece em seu Art. 1º que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Assim, é preciso lembrar que, constituindo-se enquanto movimento social, os espaços de atuação da MMM são fundamentalmente as comunidades nas quais a organização está inserida. Sob a ótica de Gohn (2006), as práticas educativas são realizadas em espaços extra institucionais, a partir de objetivos políticos, compromisso com as classes populares, bem como com a emancipação social, uma vez que há na MMM a compreensão de que os processos educativos não podem estar subordinados às estruturas opressoras do poder (PALUDO, 2015).

No ocidente, o processo de emancipação que busca reconhecer o protagonismo de mulheres tem início no século dezenove, mais especificamente nas últimas três décadas do período. Nesse pouco intervalo de tempo, conforme Sardenberg (2011), as mulheres conquistaram novos espaços, bem como novas formas de atuação no mercado de trabalho, nos partidos políticos e até mesmo no interior da família. Contudo, é preciso ressaltar que os avanços alcançados por mulheres no mundo todo se concretizam, sobretudo, por meio do esforço coletivo. Nesse sentido, a difusão de grupos de conscientização, autorreflexão<sup>14</sup> e ação feminista teve um papel preponderante na percepção das estruturas capitalistas, patriarcais e racistas do poder.

Para Ferreira e Silva (2010), a educação feminista passou a explicitar a manutenção da dominação dos homens, a reconhecer no racismo um fator do aumento de vulnerabilidade, e a amplificar os aspectos contextuais que agravam, assim como acobertam a violência e a subalternização das mulheres dentro dos espaços de reprodução e produção cultural. Nesse sentido, o resgate da reflexão sobre a experiência, para as autoras, bem mais do que um problema de ordem pedagógica, trata-se, sobretudo, de um desafio político que deve envolver a organização dos movimentos sociais com o intuito de ampliar o escopo da compreensão da realidade e da formulação de estratégias de luta.

Assim sendo, de acordo com Ferreira e Silva (2010), é de extrema necessidade reconhecer a experiência educativa como a articulação entre os pressupostos da formação, organização e luta em movimentos sociais, concepção essa que no cotidiano das militantes

---

<sup>14</sup> Grupos de conscientização e autorreflexão, de acordo com Camila de Melo Santana (2018), trata-se de métodos utilizados na pedagogia feminista.

feministas está sintetizada na ideia de Formação Política Feminista. Para as pesquisadoras (2010), não é possível desvincular a formação denominada por elas de *stricto sensu* de todo um processo social. Nessa perspectiva, a promoção de oficinas envolvendo a pedagogia feminista, muito mais do que um lugar onde se oferece a oportunidade de “aprender para aplicar na prática”, deve centrar-se em momentos específicos da prática social, em que as teorias produzidas pelo campo feminista estejam integradas às experiências políticas das mulheres.

Nesse sentido, integralidade é uma concepção fundante da categoria pedagógico-feminista, por meio da qual, segundo Ferreira e Silva (2010), toma-se por referência a noção da mulher enquanto sujeita, tanto no sentido individual, por meio do favorecimento da autonomia dela, quanto na acepção coletiva, isso é, de pensar o movimento de mulheres, inserido no feminismo, como sujeito político da luta e enfrentamento às mais diversas violências. Dessa forma, busca-se atuar na construção de uma democracia que capilariza em todos os aspectos da vida social o cotidiano de cada mulher, posto que se faz necessário agregar múltiplas possibilidades de ser e atuar no mundo.

Assim sendo, embora as pedagogias feministas tenham surgido em grupos de autorreflexão ou autoconsciência, esse campo teórico está, sobretudo, inserido no plano de estudos que envolve educação e movimentos sociais. Dessa forma, há fortes referências das pedagogias feministas no movimento sindical, no interior dos partidos da esquerda política, nas ONGs e em movimentos populares. Nesses espaços sociopolíticos, nos quais a ação educativa é denominada atividade de formação<sup>15</sup>, tal concepção pedagógica foi advogando, de acordo com Silva (2010), a ideia de integralidade da mulher como elemento preponderante para a construção do sujeito político.

Sardenberg (2011) e bell hooks<sup>16</sup> (2013) conceituam as pedagogias feministas como um conjunto de princípios e práticas<sup>17</sup> que objetiva conscientizar as mulheres e os homens da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, razão pela qual a expressão deve ser empregada no plural, uma vez que engloba uma diversidade de atuações e conceitos metodológicos. Desse modo, na perspectiva das autoras, a pragmática da palavra “pedagogia” está voltada

---

<sup>15</sup> De acordo com Santana (2018), a Pedagogia Feminista ainda pode ser denominada “Educação Feminista”, “Educação Popular Feminista”, “Educação Não Sexista”, “Educação entre Mulheres”.

<sup>16</sup> O pseudônimo “bell hooks” é propositalmente grafado em letras minúsculas por escolha da autora para quem a substância dos seus escritos é mais importante do que seu nome.

<sup>17</sup> Por não se tratar de uma ciência, mas de práticas pedagógicas, ora utilizamos a expressão “pedagogia feminista” no plural, ora no singular.



para uma concepção genérica do termo, que se distingue de uma “ciência da educação”, presumida por um viés conceitual restrito.

As pedagogias feministas estão, portanto, integradas às designadas “pedagogias críticas”, “populares” ou “pedagogias libertadoras”, no sentido freiriano (2018), que, de modo geral, trata-se de teorias e práticas educativas e de aprendizado que visam à conscientização das educandas sobre as opressões às quais estão sujeitas (SARDENBERG, 2011; PALUDO, 2015). Dessa forma, busca-se, não somente nas teorias, pesquisas e ensaios, provenientes dos Estudos Feministas, mas também do campo das Pedagogias Populares, dos Estudos Negros, dos Estudos Culturais, Estudos Lésbicos e Gays, reconhecer, bem como encontrar estratégias para superação das desigualdades sociais (LOURO, 1997), primeiramente, por meio de um processo de liberação pessoal, para, em seguida, e coletivamente, pensar ações transformadoras.

Dentro das pedagogias feministas, questiona-se uma concepção do político, que tradicionalmente delimita os espaços públicos e privados, em que o primeiro é reconhecido como lugar de produção de conhecimento, e o segundo, de reprodução da vida. Na perspectiva feminista de gênero, essas distinções são apenas ilusórias, uma vez que no interior das relações interpessoais e familiares também existe uma construção de poder. Dessa forma, os esforços das práticas feministas estão centrados em colocar no mesmo plano, e com igual legitimidade, os distintos saberes, posição essa que abala o *status quo* das visões clássicas academicistas e culturalistas, uma vez que todas as pessoas, na pedagogia feminista, são potencialmente capazes de compartilhar experiências e sabedorias (LOURO, 1997; SARDENBERG, 2011).

Por sua vez, Silva (2010) entende o feminismo como um movimento social por meio do qual se desdobram ações coletivas das mulheres contra a exploração patriarcal, racista e capitalista, razão pela qual as pedagogias feministas precisam fundamentar suas análises sobre a situação das mulheres, compreendendo as desigualdades que as cercam. Portanto, para a autora, deve-se projetar a educação centrada na emancipação das mulheres como grupo social e como pessoas, uma vez que a luta feminista, embora agregue diferentes expressões individuais, de distintas articulações e organizações coletivas, é mais do que tudo política, posicionamento esse que comungamos nessa investigação.

Ainda no campo dos impasses, Silva (2010) chama a atenção para as dinâmicas adotadas pelos feminismos na década de 1990. Para a militante, nesse período, o movimento feminista fomentou a emergência de um conjunto de instituições, redes e articulações nacionais e internacionais, mobilizando-se em torno dos direitos das mulheres. Contudo, foi

majoritariamente cooptado pelo neoliberalismo, bem como pela mundialização do capital, despolitizando-se em certa medida.

No entanto, a partir dos anos 2000, o feminismo recuperou a radicalidade perdida nos anos anteriores e, conseqüentemente, passou a centrar suas ações num movimento de globalização contra hegemônico. Essa mudança paradigmática foi, em certa medida, estruturada pela atuação da MMM, uma vez que a organização conferiu um novo fôlego ao movimento feminista. Nesse sentido, as práticas pedagógico-feministas, concomitantemente, acompanharam as mudanças presenciadas no novo tempo.

Dessa maneira, nos anos 2000, a MMM contribuiu não somente com o movimento feminista, mas com o referencial teórico da pedagogia feminista ao reintroduzir nos processos educativos a crítica ao sistema capitalista, apontando em suas ações os impactos dessa estrutura sobre a vida das mulheres. Para Gil (2015), o feminismo anticapitalista trata-se de um princípio educativo dentro da MMM, uma vez que o movimento busca compreender as relações sociais do sexo.

No mais, são princípios fundamentais das pedagogias feministas contra hegemônicas os conceitos de luta organizada e da libertação, ambos no sentido atribuído por Freire (2018). Dessa forma, para Gil (2015), é o fazer-se na luta, o formar-se na luta, o aprender e o ensinar na luta que as mulheres se emancipam ao longo dos processos formativos.

### **Educação feminista: práticas, conjunturas, avanços, desafios e rebatimentos**

Foi por meio da educação feminista que as militantes da MMM se mobilizaram em torno da luta das mulheres. Evidentemente, cada uma à sua maneira, em algum momento da vida, foi envolvida pelos processos educativos e convencida sobre a importância da educação (SILVA, 2010). Na verdade, é muito mais do que isso: as ativistas compreenderam que era preciso ir adiante, inseridas num processo que envolve um eterno “se educando” em comunhão com outras e outras mulheres no mundo (FREIRE, 2018).

Em Recife, a MMM se organiza por meio de dois núcleos: o Núcleo Recife e o Soledad Barrett, ambos marcados por grandes distinções entre si. O núcleo Recife, embora reúna muitas mulheres advindas do PT (Partido dos Trabalhadores), é composto, sobretudo, por ativistas sem vínculos partidários, enquanto o núcleo Soledad Barrett agrega mulheres filiadas à Consulta Popular.

Ainda, como já antecipado, os espaços de atuação apresentados por esses dois núcleos também se diferem. O núcleo Recife está inserido nas comunidades de Peixinhos (por meio

do Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato), em Palha de Arroz (por meio das Mulheres Guerreiras de Palha do Arroz) e no Coque (mediado pela Ampac). Já o núcleo Soledad Barrett atua, sobretudo, em Brasília Teimosa, em parceria com a Turma do Flau.

O que ambos os núcleos têm em comum é que neles a educação feminista é um eixo central de atuação, uma vez que na MMM nada existe sem que se priorize a formação e tudo só acontece por meio dela. As práticas pedagógicas são o princípio, o meio e o fim das ações e intenções do projeto político, das construções e utopias, por meio das quais as mulheres são capazes de reescrever um mundo novo.

Acerca das pedagogias feministas desenvolvidas pela MMM, podemos afirmar que elas são diversas. Nesse sentido, rodas de diálogo, intervenções urbanas, lambe-lambe, panfletagem, batucada feminista, récitas tornam-se meios de difundir “a palavra do feminismo na sociedade”, como brincou Nathália Diórgenes. Tais práticas, por vezes, vêm articuladas a outras atividades de caráter um pouco mais lúdico, como bazares, oficinas, mutirões, grafiteagem, lanches coletivos, etc.

**Fotografia 1** – Lambe-lambe referente ao  
Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha<sup>18</sup>



Fonte: <https://www.facebook.com/mmmpe>.

<sup>18</sup> As fotografias pertencem ao acervo da Marcha Mundial das Mulheres, realizadas por militantes feministas. As imagens são veiculadas conforme autorização prévia.

**Fotografia 2** – Batucada feminista da MMM no ato “Ele Não”<sup>19</sup>



Fonte: <https://www.facebook.com/mmmpe>.

De modo geral, trata-se de práticas pedagógicas utilizadas há bastante tempo na MMM, contudo, para Nathália Diórgenes, ao longo dos anos, o movimento vem desenvolvendo tais pedagogias com maior potência e qualidade durante os processos. Segundo a militante, a organização vai se transformando por meio da dimensão educativa e vice-versa.

Diante desse contexto, Marize Ferre tem a compreensão de que as práticas pedagógicas feministas precisam estar atreladas às diversas realidades nas quais se inserem as mulheres: “a gente não consegue entrar nas favelas simplesmente, né, conversando sobre política” (FERRE, em entrevista). Ou seja, para a militante, as ações desenvolvidas pelo movimento precisam dialogar com as vidas que estão envolvidas em determinados processos educativos.

Nessa perspectiva, Marize Ferre relembrou uma atividade construída pela MMM, no Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato. Atividade essa em que foi realizado um diálogo sobre a proposta de reforma da previdência, demandada pela própria comunidade, assim como um mutirão de limpeza na horta. Ainda, como parte integrante do projeto, os muros do espaço foram grafitados com ilustrações que comunicavam os sentidos das mulheres que ali habitavam. Dessa forma, a ação se construiu carregada de valores, culturas próprias e sentimentos herdados (GOHN, 2006). Segundo a ativista, a dimensão política, bem como material das práticas pedagógico-feministas deixam marcas ontológicas profundas: “ficou

<sup>19</sup> Foto tirada pela ativista Crislany Silva (2018).

marcado, né, na comunidade [...] fez uma diferença muito grande lá no Condor” (FERRE, em entrevista).

Contudo, para Nathália Diórgenes, as práticas pedagógico-feministas, na organização, passaram por um processo de amadurecimento ao longo da consolidação da MMM na cidade, uma vez que, para ela, muitos equívocos de natureza pedagógica também foram cometidos ao longo da atuação do movimento. Para ela, o giro paradigmático hoje evidenciado nos processos educativos desenvolvidos pela MMM fez parte de um histórico que envolveu muitos erros e acertos: “Não que hoje seja o suprassumo da organização, mas [...] acho que a gente era muito amadora, na época, claro, na época a gente era muito nova [...]. Mas era muito atuante também” (DIÓRGENES, em entrevista).

A palavra atuante, trazida por Nathália Diórgenes, sintetiza bem a militância da MMM em Pernambuco: atuar ante as desigualdades, atuar ante a opressão, atuar ante a barbárie. Nesse sentido, o movimento não se exime de se posicionar diante dos desafios que a conjuntura traz, contudo, é preciso evidenciar que hoje existe mais qualidade e organização na forma como as militantes têm conduzido seus processos educativos na cidade.

Segundo Nathália Diórgenes, a inserção da pauta racial na MMM, em Recife, viabilizou um processo de amadurecimento nos projetos educativos promovidos pela organização. De acordo com a militante, foi a abertura para o debate racial no movimento que construiu, em seu interior, possibilidades de diálogos mais reais e empáticos. Para ela, anteriormente, a pauta antirracista se aproximava muito mais de uma abstração na vida das mulheres:

Tinha o debate racial, assim: “ah, somos antirracistas, porque a Marcha ela é antirracista”. Entenda, eu não tô dizendo que as mulheres não se colocavam contra o racismo, não é isso que eu tô dizendo, até porque isso é da Marcha há muito tempo. Mas eu tô falando é de fazer o debate racial acontecer. De se reconhecer, né? (DIÓRGENES, em entrevista).

Conforme Nathália Diórgenes, é bastante evidente como o formato dos processos educativos se modifica a partir do momento em que as feministas passaram a se perceber negras. Segundo ela, por volta de 2010, no Brasil, uma onda de reflexão acerca do cabelo crespo motivou as militantes, gradualmente, a assumirem a estética crespa dos seus fios:

Esse debate foi levado até a mim pela minha orientadora. Ela foi a primeira pessoa a olhar pra minha cara e fez “não, porque uma jovem negra produzindo TCC sobre aborto...”, ninguém tinha falado isso pra mim. Eu não achava que eu era negra [...]. Chega na época que ela me disse isso, eu levei

um choque. Aí, eu “como assim, jovem negra?” (DIÓRGENES, em entrevista).

Até aquele momento, de acordo com Nathália Diórgenes, o feminismo discutido no movimento era essencialmente marxista. Segundo ela, enquanto militantes, as feministas da MMM de Recife, que até então se debruçavam sobre os estudos de classe, passaram a ler sobre mulheres negras: “isso vai criando na gente, como corpo coletivo, uma identidade [...] Então, a construção desse momento da Marcha é a construção do coletivo e como os sujeitos vão se identificando político-racialmente nesse processo” (DIÓRGENES, em entrevista).

Com efeito, nas falas das entrevistadas, bem como nas observações participantes, fica evidente como a raça tem sido uma categoria que vem ganhando espaço nos debates realizados pelo movimento, em articulação com as discussões sobre o capitalismo e o patriarcado. Desse modo, a pauta racial vem sendo introduzida numa perspectiva que possibilita a identificação com lutas e dores, bem como a articulação a outros marcadores e contextos nos quais as mulheres populares se veem inseridas. Para Nathália Diórgenes, nem sempre foi assim:

Eu entendo hoje porque Maria<sup>20</sup> não se reivindica feminista, porque ela é uma mulher negra retinta, que não tinha nenhuma empatia com aquele feminismo [...]. Então, tipo, é difícil prender a atenção das mulheres quando você faz uma linha do tempo da história do feminismo falando das sufragistas. Eu fiz muito isso. “Ah, a linha do tempo começou: direito ao voto”, “porque Bertha Lutz...”, aí, botava uma foto de Bertha Lutz. As mulheres não se viam em Bertha Lutz. (DIÓRGENES, em entrevista).

Mais especificamente, dois momentos, de fato, podem comprovar o que foi pontuado pela militante Nathália Diórgenes. Um deles, ocorreu de forma mais sistematizada em Palha de Arroz, quando a Marcha Mundial das Mulheres provocou um debate sobre a mulher negra latino-americana e caribenha, em julho de 2019, na praça da comunidade e, ainda que debaixo de chuva e, em certo momento, de pé, as mulheres estavam bastante atentas e dialogavam intimamente com aquilo que estava sendo colocado. Não somente dialogavam; também pediam para que outra conversa como aquela fosse viabilizada.

Em uma outra situação, em Brasília Teimosa, as mulheres vivenciaram uma experiência muito catártica. O debate promovido pelo movimento, inicialmente, não seria sobre questões raciais, no entanto, uma das mulheres presentes trouxe a temática para a roda de diálogo, fato esse que gerou uma série de reações complexas e contraditórias: a priori, elas

---

<sup>20</sup> O nome da mulher à qual se refere Nathália Diórgenes foi alterado.

não queriam ser negras. Posteriormente, elas se reconheciam negras, bem como reconheciam como esse marcador agia concretamente em suas vidas. Elas sentiam muita necessidade de falar sobre isso

Desse modo, para Nathália Diórgenes, o objetivo das pedagogias feministas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres é proporcionar não somente a desconstrução do patriarcado, que, para ela, é um conceito extremamente importante e não deve ser abandonado, mas do racismo e capitalismo – de modo que exista uma qualificação no debate, tal qual propõe hooks (2013), ao compreender a necessidade de um processo político descolonizador que vise à destruição do patriarcado capitalista de supremacia branca (hooks, 2013). Nesse sentido, a militante Sheila Samico compreende que o lema da MMM, “mudar a vida das mulheres para mudar o mundo e mudar o mundo para mudar a vida das mulheres”, concentra bem o propósito das práticas do movimento.

Nessa perspectiva, sendo um eixo central da MMM, em Recife, as militantes fazem um esforço imenso para que as práticas pedagógicas de fato sejam capazes de sensibilizar as mulheres que se envolvem nos processos educativos desenvolvidos pelo movimento. Contudo, como explicou Elisa Lucena durante a entrevista, não se trata de uma educação “nos moldes que tá aí”, ou seja, institucionalizada e que, por vezes, reproduz circuitos de desigualdades. Na MMM existe, sobretudo, a compreensão de que a pedagogia feminista precisa colaborar com o processo de entendimento acerca das bases materiais e das estruturas que arquitetam opressões, portanto, seu direcionamento permite estabelecer vínculos contra hegemônicos e de resistência aos processos de produção de vida (PALUDO, 2015).

Na mesma direção, Shirley Samico pontuou como é preponderante nos processos educativos desenvolvidos pela Marcha das Mulheres a incorporação da perspectiva antissistêmica nas ações, nos diálogos, nas práticas. Dessa maneira, a militante defendeu a ideia de como o feminismo precisa questionar as bases materiais da opressão, entendimento esse que foi compartilhado também por cada uma das feministas entrevistadas.

Quanto às temáticas trabalhadas nas atividades pedagógicas, elas envolvem, sobretudo, os desafios conjeturais vivenciados de forma mais ampla e específica pelas mulheres, tais quais o recrudescimento do neoliberalismo, as reformas econômicas, bem como o ataque aos direitos sociais. Além disso, a violência doméstica e os altos índices de feminicídio no Brasil são questões bastante debatidas no movimento. Por outro lado, embora as observações participantes tenham mostrado que a discussão sobre a existência e o funcionamento das políticas públicas brasileiras esteve presente nas comunidades do Coque e em Palha de Arroz, para Sheila Samico, esse debate ainda permanece inexpressivo na MMM.

No movimento, todos os espaços são palcos de inúmeros debates, reflexões, questionamentos e estudos. Não há reunião sem discussão. Segundo Elisa Lucena, é por meio da educação que a MMM tem por objetivo estratégico reivindicar a revolução brasileira, concretizada num projeto popular.

Assim, ao explicar como funciona a dinâmica das ações promovidas pela MMM, Shirley Samico informou que ela é bastante fluida, porque se articula diretamente com as necessidades, com os tempos, as reivindicações, bem como com os processos de cada comunidade. Ela informou que na AMPAC, por exemplo, as atividades pedagógico-feministas são realizadas a cada 15 dias, dentro de um projeto denominado pelas militantes de “Convivência e Proteção”: “porque também nesse espaço de convivência, de realidade da minha companheira, eu tenho que saber que, muitas vezes, ela pode tá correndo perigo” (SAMICO, em entrevista). Nesse sentido, para Shirley Samico, a compreensão dos direitos e acessos trata-se de uma estratégia na defesa da integridade (física, psíquica e cidadã) da mulher:

A gente faz um debate que tá no campo dos direitos. Então, discutir feminismo é também discutir a questão da... do abuso e exploração sexual, do papel do SUS, do papel do SUAS, do papel das políticas sociais, né, não só de mulheres, mas de raça [...] porque a gente percebe que ao inflexionar, ou seja, ao acabar com as políticas, com os equipamentos públicos, as mulheres são as maiores prejudicadas, porque são elas que vão ter que ser as cuidadoras dos idosos, porque não tem Centro-Dia, das pessoas com deficiência, porque não tem... das crianças, porque não tem creche. Então, elas têm que abdicar de suas vidas pra garantir o direito a essas pessoas e, às vezes, elas ficam exclusivamente como a referência garantidora do direito. (SAMICO, em entrevista).

Ainda, questionadas acerca dos desafios que encontram no atual contexto brasileiro, as militantes explicaram que, em tese, o movimento feminista é desafiador, uma vez que, além de travarem lutas gerais, precisam administrar as pautas mais específicas. Nessa perspectiva, a respeito da MMM, Elisa Lucena identificou a existência de dificuldades estruturais bastante complexas:

Eu acho que o maior desafio é financeiro. A gente não ter companheiras liberadas para fazer o movimento de mulheres, já que a gente não optou pela via da institucionalização [...]. Então, como é que você sustenta um processo se não tem... só na raça! Isso é muito difícil [...]. É muito mais fácil você apoiar um movimento de juventude, um movimento... mas as mulheres que estão questionando o papel dos companheiros nos rolês, é meio difícil, né? (LUCENA, em entrevista).



Nesse mesmo sentido, Marize Ferre atentou para a falta de um espaço próprio, onde a MMM possa realizar encontros e reuniões<sup>21</sup>, bem como para a dificuldade de mobilizar e engajar ainda mais mulheres para a luta. A militante brincou: “Tem muito desafio, viu?”. Segundo ela, as pernas são curtas e as mulheres são poucas para o longo caminho que a MMM precisa trilhar: “A gente tem que entrar em outras comunidades [...] Tirar as mulheres mais de dentro de casa [...] A gente tem que conseguir fazer com que as comunidades visitem umas às outras” (FERRE, em entrevista).

Numa dimensão mais ampla, Shirley Samico acredita que a atual conjuntura vivenciada pelo Brasil é, em si, bastante desafiadora: “o movimento feminista e nós, mulheres, somos muito atacadas, e a gente também tá bem sufocada, porque é muita demanda, né?” (SAMICO, em entrevista). Segundo a militante, é preciso que, nesse momento, de alguma forma, os movimentos de esquerda estabeleçam uma unidade mínima. Samico tinha esperança de que o Encontro Nacional Feminista, programado para acontecer em 2020<sup>22</sup>, fosse uma oportunidade para a construção de uma frente de luta.

É nessa perspectiva que Sheila Samico apontou para a necessidade de encontrar possibilidades de diálogos mais horizontais com outros movimentos, “sem ego, né, e compreendendo a responsabilidade política das nossas ações” (SAMICO, em entrevista). Conforme a militante, “são todas avançando muito [...] não só no Brasil, mas em toda a América Latina, o feminismo é o movimento que tem demarcado a luta de frente, né, contra essa conjuntura neoliberal e fascista” (SAMICO, em entrevista). Portanto, segundo ela, é preciso cultivar o autocuidado, bem como o exercício de cuidar uma das outras, e acrescentou: “Eu acho que muitas companheiras estão cansadas. É uma conjuntura muito pesada, e tão ficando doentes” (SAMICO, em entrevista).

Contudo, mesmo diante de uma realidade difícil, existe um projeto de vida maior, comum, porque nele cabem todas as mulheres. Para Elisa Lucena, o papel da MMM, por meio de processos educativos, é garantir que a luta das mulheres, de fato, seja revolucionária. Essa é a certeza que move cada uma das militantes do movimento em torno da educação feminista: “A gente não quer estudar só para ficar sabida. A gente quer estudar para lutar” (LUCENA, em entrevista). No entanto, para que essa construção de fato seja possível, como a ativista lembrou, é preciso transformar todos os lugares em espaços educativos. Nesse sentido, cada

---

<sup>21</sup> O núcleo Recife alugou uma sala no Movimento de Trabalhadoras Cristãs. Contudo, financeiramente, o aluguel ficou inviável para as militantes.

<sup>22</sup> Diante da pandemia de Covid-19, o Encontro Nacional Feminista, em 2020, não foi realizado.

uma das entrevistadas teve a compreensão de como as pedagogias feministas vêm modificando vidas, a propósito, suas vidas.

Sendo assim, para Elisa Lucena, as práticas pedagógicas feministas têm trazido um olhar mais complexo da realidade, uma vez que o feminismo é estrutural: “o patriarcado é de uma violência extrema, então, ele tá sendo reproduzido o tempo todo, e eu também tô o reproduzindo” (LUCENA, em entrevista). Nesse sentido, segundo ela, inserir-se no contexto educativo do movimento significa estar sempre se revendo, porque nada passa ileso:

[...] tudo você “eita, porra, reproduzi”. “Eita, fulano reproduziu”. “Eita, vamos lá”. “Como é que lida com isso?”, porque tem um monte de gente reproduzindo que não tá nem aí, mesmo em espaços de esquerda, né. Eu acho que traz um viver mais intenso as contradições. Então, espero que sejamos nós, né, lutadoras, que estão buscando cada vez mais coerência, pra contribuir com a transformação verdadeira da realidade. (LUCENA, em entrevista).

Para Shirley Samico, estar inserida nos processos educativos feministas significa aprender o tempo todo: “a gente se belisca, né, todo dia. Do tipo ‘ó, minha vida nunca vai ser parâmetro’, ela vai ser sempre em relação a várias mulheres com quem a gente tem muito a aprender” (SAMICO, em entrevista). Para a militante, foi por meio do feminismo que ela descobriu a necessidade de uma causa coletiva. Sheila Samico também apresentou uma compreensão semelhante: “o movimento traz toda uma diversidade, né, que vai nos levar a vários lugares que... que nos faz repensar sobre nossas vidas, né, e que todas as vidas valem muito. Não tem aquelas que valem mais, nem aquelas que valem menos” (SAMICO, em entrevista).

Por sua vez, Nathália Diórgenes afirmou que não saberia dizer quem seria se não tivesse tido o contato com as práticas pedagógicas feministas. Para a militante, o movimento viabiliza uma construção da mulher, enquanto sujeita, muito profunda, porque é política e pessoal, ao mesmo tempo: “a gente se constrói nesse entremeio” (DIÓRGENES, em entrevista). Mais especificamente sobre os processos educativos possibilitados pela Marcha Mundial das Mulheres, enquanto movimento, ela acrescentou:

A Marcha mudou a minha vida. A minha vida não seria a minha vida sem a Marcha. Mas na verdade, a minha vida não seria a minha sem o feminismo [...]. Eu amo a luta das mulheres. Eu amo, realmente, o fim do patriarcado, eu amo o fim... o fim do racismo, né. Eu amo, realmente, a construção. Esse processo de construir uma sociedade livre. (DIÓRGENES, em entrevista).

Dessa forma, fica evidente como, por meio das pedagogias feministas desenvolvidas pela Marcha Mundial das Mulheres, na cidade do Recife, as militantes têm buscado a superação da imobilização subjetivista, por meio da qual espera-se pacientemente que a opressão dê fim a si mesma, bem como do objetivismo que visa ao solapamento da subjetividade. Nesse sentido, assim como Freire (2018), as entrevistadas demonstraram acreditar em subjetividades e objetividades, em constante dialética, para a construção de uma sociedade livre do patriarcado.

### **Considerações finais**

As pedagogias feministas são práticas pedagógicas que vêm estimulando mulheres a refletirem sobre as opressões a que milenarmente estão sujeitas. Com efeito, são as práticas educativas no interior dos movimentos sociais responsáveis por sustentar todas as conquistas do movimento feminista, afinal de contas, no interior do feminismo, todas as transformações perpassam pela educação.

Nessa perspectiva, a MMM tem construído uma utopia feminista e pedagógica ao mesmo tempo. Fazemos essas considerações, porque quando passamos a construir atividades com a MMM, em Recife, ficamos encantadas com a diversidade de práticas pedagógicas desenvolvidas pelo movimento.

Um encanto que virou problema de pesquisa, que nos capta e nos comove o olhar. Costumamos dizer que entrevista narrativa alguma seria capaz de abranger toda a imensidão e a beleza que são os processos educativos no contexto da MMM. O campo, portanto, é bem maior do que tudo o que se é capaz de dizer sobre ele. No campo, observamos sorrisos, olhares, apelos, interações que, infelizmente, não estão traduzidos nessas linhas.

Queremos ressaltar, também, que nenhuma das entrevistadas é professora ou está inserida em alguma atividade na esfera educacional. Dessa forma, as práticas pedagógicas são construídas num contexto intuitivo e experiencial, que demanda afetos e desejos por justiça social, contudo, abre lacunas no que tange a uma formação teórica para atuar de modo específico com educação.

Ainda, a ausência de capital institucionalizado ou estrutura financeira se constitui, com efeito, em obstáculo na MMM, uma vez que as ações são planejadas a partir da realidade estrutural das militantes. Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas são desenvolvidas dentro de um cenário autônomo que demanda auto-organização para o levantamento de recursos necessários para efetivação das atividades.

Consideramos que a MMM, alicerçada num feminismo antissistêmico e popular, tem se servido das pedagogias feministas para construir práticas reais e possíveis de liberdade, que miram uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, o enfrentamento às grandes forças globais vai acontecendo, processualmente, a partir de uma construção coletiva, de trocas de saberes e vivências, por meio das quais as mulheres vão tomando consciência do seu estar no mundo.

## Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2022.

CONWAY, J. Stretching the scope of solidarities. Troubling transnational feminism(s) at the World Social Forum. *In*: DUFOUR, P.; MASSON, D.; CAQUETTE, D. (ed.). **Solidarities beyond borders: transnationalizing women's movements**. Vancouver: UCB Press, 2010.

FARIA, N. Feminismo e lutas das mulheres: um olhar sobre a história e as dinâmicas recentes. *In*: CEREGATTI, A. *et al.* **Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento**. São Paulo: SOF, 2015.

FERREIRA, V.; SILVA, C. Formação sobre violência contra as mulheres: um olhar sobre desafios pedagógicos na experiência da AMB (Brasil, 2005-2009). *In*: SILVA, C. (org.). **Experiências em Pedagogia Feminista**. Recife: SOS Corpo, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIL, V. **Mulheres em movimento mudam o mundo: o educativo na/da Marcha Mundial das Mulheres**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131020/000979668.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 abr. 2020.

GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Doi: 10.1590/S0104-40362006000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2020.

GOMIDE, C. M. **Marcha Mundial das Mulheres (MMM): uma abordagem histórica a uma rede de movimentos sociais feminista nos anos 2000**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/19185>. Acesso em: 26 abr. 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KOROL, C. La educación como práctica de la libertad: nuevas lecturas posibles. *In*: KOROL, C. (org.). **Hacia una pedagogía feminista**: géneros y educación popular. Buenos Aires: El Colectivo: América Libre, 2007, p. 9-22.

LAGE, A. Orientações epistemológicas para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais. *In*: LAGE, A. **Educação e movimentos sociais**: caminhos para uma pedagogia da luta. Recife: Editora da UFPE, 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES. **1998-2000**: una década de lucha internacional feminista. Jundiaí: Maxprint, 2008.

OLIVEIRA, I. M. **Por uma pedagogia feminista... “Até que todas sejamos livres!”**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: [http://ww2.ppgeci.ufrpe.br/sites/ww2.ppgeci.ufrpe.br/files/documentos/dissertacao\\_final\\_-\\_isabella\\_marques\\_de\\_oliveira\\_ppgeci.pdf](http://ww2.ppgeci.ufrpe.br/sites/ww2.ppgeci.ufrpe.br/files/documentos/dissertacao_final_-_isabella_marques_de_oliveira_ppgeci.pdf). Acesso em: 14 mar. 2021.

PALUDO, C. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio/ago. 2015. Doi: 10.1590/CC0101-32622015723770. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CK6NyrM6BhKXbMmhjrmB3jP/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2021.

REYNALDO, R. G. **Marcha Mundial das Mulheres**: um enfoque pós/decolonial sobre intersecções e solidariedade no feminismo transnacional. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168164>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, C. M. **Feminismo Agora!**: uma experiência de pedagogia feminista autorreflexiva. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7619>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SARDENBERG, C. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. *In*: COSTA, A. A. A.; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I. M. (org.). **Ensino e Gênero**: perspectivas transversais. Salvador: UFBA-NEIM, 2011. 17-32.

SHUTZE, F. Pressure and guilt: war experiences of a young german soldier and their biographical implications (part 2). **International Sociology**, London, v. 7, 1992. Doi: 10.1177/026858092007003006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/026858092007003006?cookieSet=1>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SILVA, C. Os sentidos da ação educativa no feminismo. *In*: SILVA, C. (org.). **Experiências feministas em pedagogia feminista**. Recife: SOS Corpo, 2010.

Submetido em 18 de fevereiro de 2022.

Aprovado em 27 de abril de 2022.